



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Unidade Gestora: 040102 - Fundo de Reparcelhamento Judiciário

Em atendimento ao § 2º do Art. 46 da Lei Complementar Nº 081, de 26 de abril de 2012 (LOTCEPA), c/c o inciso II do Art. 160 do Ato Nº 63, de 17 de dezembro de 2012 (RITCEPA), emite-se o presente Relatório da Secretaria de Controle Interno acerca da análise da Prestação de Contas do Exercício 2013, com o objetivo de demonstrar os fatos mais relevantes da gestão dos recursos públicos estaduais da Unidade Gestora: 040102 – Tribunal de Justiça do Pará – Fundo de Reparcelhamento Judiciário.

O presente relatório tem por finalidade emitir parecer sobre as atividades financeira, orçamentária e patrimonial, desenvolvidas no **Exercício de 2013**. Ressalta-se que além do processo físico encaminhado pela Secretaria de Planejamento Coordenação e Finanças (SEPLAN) foram utilizados como instrumentos auxiliares para ratificar os dados constantes do processo as informações obtidas diretamente no Sistema SIAFEM e da ferramenta Business Objects – sistema adotado pelo Governo do Estado do Pará que tem como finalidade extrair dados e emitir relatórios gerenciais a partir da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do SIAFEM.

Convém destacar que no mês de janeiro a prestação de contas foi de responsabilidade da ex-presidente, Exm^a. Des^a Raimunda do Carmo Gomes Noronha. No período de 01 de fevereiro a 31 de Dezembro de 2013 a responsabilidade recaiu sobre a atual presidente, Exm^a. Des^a. Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Logo, será feita a apresentação dos resultados em dois períodos, por serem gestores distintos:

- 1º Período: 01 a 31 de Janeiro de 2013;
- 2º Período: 01 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2013.

A seguir, analisa-se a execução orçamentária e financeira do Fundo de Reparcelhamento do Judiciário do exercício 2013:

RECEITA ARRECADADA EM JANEIRO

Os recursos financeiros ingressados no período são referentes a taxas, depósitos judiciais, receitas extrajudiciais, dentre outros, no montante de **RS 5.201.013,54** (cinco milhões, duzentos e um mil, treze reais e cinquenta e quatro centavos), conforme Tabela I e Gráfico I a seguir.



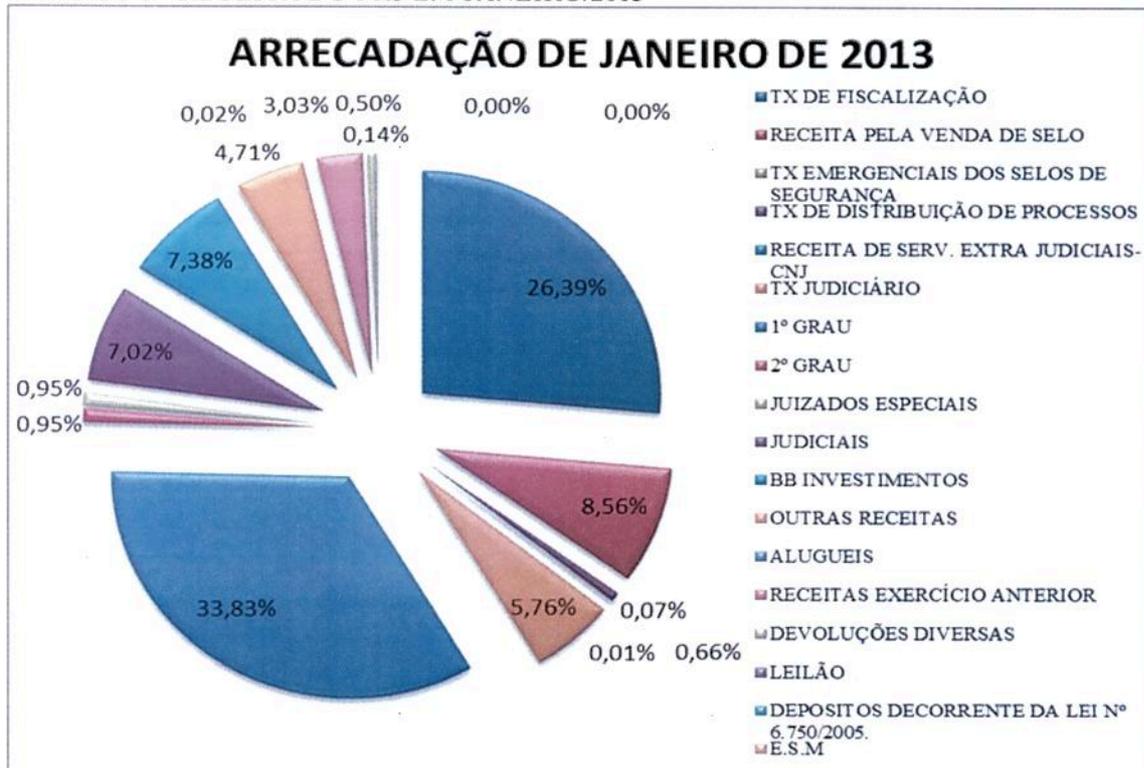
PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
 Divisão de Auditoria

TABELA I - RECEITA ARRECADADA EM JANEIRO/2013

RECURSOS DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO	
DESCRIÇÃO	R\$
TX DE FISCALIZAÇÃO	1.372.570,90
RECEITA PELA VENDA DE SELO	445.395,00
TX EMERGENCIAIS DOS SELOS DE SEGURANÇA	3.890,00
TX DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	34.530,60
RECEITA DE SERV. EXTRAJUDICIAIS- CNJ	556,81
TX JUDICIÁRIO	299.754,54
1º GRAU	1.759.564,22
2º GRAU	49.408,40
JUIZADOS ESPECIAIS	49.208,63
JUDICIAIS	365.112,94
BB INVESTIMENTOS	383.973,39
OUTRAS RECEITAS	244.940,79
ALUGUEIS	1.179,45
RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIOR	157.585,70
DEVOLUÇÕES DIVERSAS	26.072,66
LEILÃO	-
DEPOSITOS DECORRENTE DA LEI Nº 6.750/2005.	7.269,51
E.S.M	-
TOTAL	5.201.013,54

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).

GRÁFICO I – RECEITA DO FRJ EM JANEIRO/2013



Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM JANEIRO

Dos recursos arrecadados no período, somente 24,48% foram aplicados, e somente com despesa de custeio. Assim, o resultado ficou superavitário na ordem de **R\$ 3.927.580,77** (três milhões, novecentos vinte sete mil, quinhentos oitenta reais e setenta e sete centavos). Vide Tabela II a seguir.

TABELA II – PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE JANEIRO
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO

DESCRIÇÃO	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.273.432,77	24,48
INVESTIMENTOS	0	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0	0,00
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0	0,00
TOTAL DE GASTO	1.273.432,77	24,48
SUPERÁVIT	3.927.580,77	75,52
TOTAL	5.201.013,54	100,00

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).

RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE JANEIRO

Neste período, os movimentos orçamentário, financeiro e patrimonial tiveram o seguinte comportamento, conforme Tabela III abaixo.

TABELA III - BALANCETE FINANCEIRO DE JANEIRO/2013.

DESCRIÇÃO	R\$
RECEITA	125.544.607,69
INGRESSO ORÇAMENTÁRIO	9.665.736,17
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	9.665.736,17
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.665.736,17
REPASSE RECEBIDO	5.201.013,54
SUB- REPASSE RECEBIDO	4.464.722,63
INGRESSO EXTRAORÇAMENTÁRIO	453.338,78
CONSIGNAÇÕES	74.799,34
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	367.993,72
RESTOS A PAGAR	10.545,72
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	115.425.532,74
DISPONÍVEL	115.425.532,74
DESPESA	125.544.607,69
DISPÊNDIO ORÇAMENTÁRIO	1.273.432,77
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.273.432,77
DESPESAS CORRENTES	1.273.432,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.273.432,77
DISPÊNDIO EXTRAORÇAMENTÁRIO	2.699.931,85
CONSIGNAÇÕES	148.530,44
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	356.949,13
RESTOS A PAGAR	2.194.452,28
SALDO DO PERÍODO SEGUINTE	121.571.243,07
DISPONÍVEL	121.571.243,07

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

RECEITA ARRECADADA DE FEVEREIRO A DEZEMBRO

Os recursos financeiros ingressados, no período de 01.02 a 31.12.2013, são referentes às Taxas Judiciárias, Depósitos Judiciários, Receitas de Serviços Extrajudiciários, dentre outros, no montante de **RS 70.556.969,53** (setenta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), perfazendo uma média mensal de **RS 6.414.269,96** (seis milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), conforme Tabela IV abaixo.

TABELA IV - RECEITA ARRECADADA DE FEVEREIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

DESCRIÇÃO	%	R\$
TX DE FISCALIZAÇÃO	23,51	16.677.692,81
RECEITA PELA VENDA DE SELO	7,10	5.038.415,00
TX EMERGENCIAIS DOS SELOS DE SEGURANÇA	0,05	38.960,00
TX DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	0,57	401.805,30
RECEITA DE SERV. EXTRAJUDICIAIS- CNJ	1,75	1.238.544,13
TX JUDICIÁRIO	5,63	3.994.414,01
1º GRAU	32,20	22.846.875,46
2º GRAU	1,16	823.835,18
JUIZADOS ESPECIAIS	1,85	1.314.715,40
JUDICIAIS	13,52	9.592.357,79
INVESTIMENTOS	6,71	4.760.654,19
OUTRAS	5,46	3.484.778,31
ALUGUEIS	0,02	13.036,92
RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIOR	0,07	53.018,45
DEVOLUÇÕES DIVERSAS	0,31	216.590,03
LEILÃO	-	-
DEPOSITOS DECORRENTE DA LEI Nº 6.750/2005.	0,05	32.127,09
E.S. M	0,04	29.149,46
TOTAL	100,00	70.556.969,53
MÉDIA MENSAL		6.414.269,96

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013)

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO

Os recursos aplicados, no período de 01.02 a 31.12.2013, foram na ordem de **RS 80.982.708,04** (oitenta milhões novecentos e oitenta e dois mil, setecentos e oito reais e quatro centavos). Destes 84,25% foram gastos em despesa de custeio e 30,52% em investimentos.

Conforme já salientado, os recursos arrecadados no mesmo período totalizaram **RS**



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
 Divisão de Auditoria

70.556.969,53 (setenta milhões quinhentos e cinquenta e seis mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos). Desta forma, o resultado ficou deficitário na ordem de **R\$ 10.425.738,51** (dez milhões, quatrocentos e vinte cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), representando um gasto 14,78% a maior do valor ingressado, conforme Tabela V.

TABELA V - APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO		
DESCRIÇÃO	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.446.734,33	84,25
INVESTIMENTOS	21.535.973,71	30,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	0,00
TOTAL DE GASTO	80.982.708,04	114,78
DÉFICIT	10.425.738,51	14,78
TOTAL	70.556.969,53	100,00

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).

CONSOLIDAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2013.

Ao todo, no Exercício de 2013 a receita total (Janeiro/2013 a Dezembro/2013) arrecadada foi de **R\$ 75.757.983,07** (setenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e sete centavos), com uma média mensal de **R\$ 6.313.165,26** (seis milhões, trezentos e treze mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

GRÁFICO II - RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO



Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).

As despesas do exercício totalizaram **R\$ 82.256.140,81** (oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta reais e oitenta e um centavos). O total de recursos do período, como acima evidenciado foi de **R\$ 75.757.983,07** (setenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e sete centavos). Desta forma, o exercício foi encerrado com um resultado financeiro deficitário de **R\$ 6.498.157,74** (seis milhões, quatrocentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

e noventa e oito mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme Tabela VI abaixo.

TABELA VI - APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO EXERCÍCIO
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO

DESCRIÇÃO	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.720.167,10	80,15
INVESTIMENTOS	21.535.973,71	28,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	0,00
TOTAL DE GASTO	82.256.140,81	108,58
DÉFICIT	6.498.157,74	8,58
TOTAL	75.757.983,07	100,00

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).

Em que pese isto, o resultado orçamentário foi superavitário com uma aplicação no exercício de apenas 51,21% do total previsto conforme coluna “Dotação Real” – Tabela VIII. Ademais, destaca-se que no exercício de 2013 o gasto com custeio teve uma elevação em virtude da inclusão de despesas que nos exercícios anteriores eram custeadas com recursos da unidade 040101- Fonte do Tesouro, tais como Vale Transporte, Auxílio Alimentação, dentre outras. Destaca-se que do total da despesa realizada de **R\$ 82.256.140,81** (oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta reais e oitenta e um centavos), foram gastos 72,82% em despesa de custeio.

Com o resultado orçamentário, constata-se que o valor **R\$ 160.637.869,15** (cento e sessenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) estimado da despesa para o exercício foi muito elevado em comparação com a arrecadação da receita do mesmo período de **R\$ 75.757.983,07** (setenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e sete centavos), que apesar de ter tido um acréscimo em 28,50% em relação ao exercício de 2012, ficou bem abaixo do valor estimado da despesa, conforme Tabela VII, abaixo.

TABELA VII- RESUMO DA DESPESA DO EXERCÍCIO POR CATEGORIA
RESUMO DA DESPESA POR CATEGORIA (R\$)

DESPESA CORRENTE	DOTAÇÃO REAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	DESPESAS A PAGAR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97.500.102,12	60.720.167,10	60.720.167,10	59.897.098,24	823.068,86
INVESTIMENTOS	62.737.767,03	21.535.973,71	21.535.973,71	16.096.398,44	5.439.575,27
INVERSÃO FINANCEIRA	400.000,00	-	-	-	-
TOTAL	160.637.869,15	82.256.140,81	82.256.140,81	75.993.496,68	6.262.644,13

Fonte: SIAFEM (2013) – BO (2013).

Analisando a presente prestação de contas, observa-se que apesar do resultado financeiro apresentar saldo negativo para o exercício, o resultado patrimonial foi positivo na ordem de **R\$**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

30.268.981,72 (trinta milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e um real e setenta e dois centavos). Este resultado deve-se em parte a desincorporação de obrigações com o cancelamento de restos a pagar na ordem de **R\$ 13.114.521,75** (treze milhões, cento e quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos), visto o baixo investimento, conforme demonstrativos anexos.

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA.

Apesar de ter sido realizada mês a mês, evidenciando os saldos em banco como os em carteira (contabilizados), as pendências encontradas não foram sanadas a contento, conforme se observa nos quadros anexos aos extratos, onde se podem verificar pendências datadas de 2012.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Neste período foram firmados 07 convênios de parceria com outros órgãos, conforme relação anexa. Ademais, neste período foram firmados 60 contratos originados de processos licitatórios, conforme relação anexa.

CONCLUSÃO

Conforme disposições contidas na legislação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios e processos de contas da Administração Pública Estadual foram examinados os atos de gestão referentes ao período de 1º de janeiro/2013 a 31 de Dezembro/2013, dos agentes constantes do rol de responsáveis.

Os exames foram efetuados em consonância com as normas e técnicas de auditoria aplicadas ao setor público e contemplaram as seguintes medidas: (i) verificações quanto ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às diversas áreas e atividades examinadas; (ii) comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e dos atos de gestão praticados; (iii) análises quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; (iv) aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria, com o objetivo de manifestar a opinião sobre as contas aqui tratadas.

Adicionalmente, para conclusão das avaliações da gestão, foram consideradas, também, as atividades de acompanhamento da gestão realizadas pela Secretaria de Controle Interno na forma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

de controle prévio e concomitante, durante o exercício sob a análise. O resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos, primando pela otimização do gasto público com a finalidade de ampliar a prestação jurisdicional e melhorar os serviços prestados aos cidadãos; e preocupada em fortalecer institucionalmente a atuação das atividades de controle interno.

Assim, fundamentado neste relatório e nos exames levados a efeito, certificamos a **REGULARIDADE** dos atos de gestão dos agentes responsáveis durante o **Exercício 2013**, conforme evidenciado.

É o relatório.

Belém, 30 de janeiro de 2014.

ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA
Analista Judiciária / Contadora – CRCPA 6034

LEILA MÁRCIA SOUSA DE LIM AELIAS
Chefe da Divisão de Auditoria / Contadora – CRCPA 010212

EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA
Secretário de Controle Interno- TJPA